

# CADERNOS DO CEIS20

INTRODUÇÃO À VIDA INTELECTUAL  
Intellectualidade, crise e senso comum  
nos anos 30 em Portugal

N.04, 2007

LUÍS TRINDADE

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX

CADERNOS DO CEIS 20

LUÍS TRINDADE

*INTRODUÇÃO À VIDA INTELLECTUAL*  
INTELLECTUALIDADE, CRISE E SENSO COMUM  
NOS ANOS 30 EM PORTUGAL

COIMBRA  
2007

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita

Coordenação Técnica: Isabel Maria Luciano

*INTRODUÇÃO À VIDA INTELLECTUAL*

*Intelectualidade, Crise e Senso Comum nos Anos 30 em Portugal*

Autor: Luís Trindade

Edição: CEIS20, Coimbra

Telefone: 239 708870 | Fax. 239 708871

E-Mail: [ceis20@ci.uc.pt](mailto:ceis20@ci.uc.pt)

URL: [www.ceis20.uc.pt](http://www.ceis20.uc.pt)

Capa: Gonçalo Luciano

Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda

Depósito legal: 262619/07

ISBN: 978-972-8627-04-1

**Luís Trindade** – Doutorado em História Cultural Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pós-doutorando da FCT. Investigador e membro da direcção do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Colaborador do CEIS20.

É notável que a linearidade causal com que a historiografia narra a década de trinta como uma caminhada para a guerra tenha sido, de facto, vivida também então numa espécie de certeza apocalíptica que percorre a Europa. A partir de muito cedo (talvez mesmo antes de 1933 e da chegada de Hitler ao poder na Alemanha) parecia certa a tentativa de desforra de um primeiro conflito mundial a cujo extremo de violência não tinha correspondido a solução das várias crises que assolavam o velho continente.

Não é, por certo, possível reconstruir esse estado de permanente e crescente preocupação com que se viveu na iminência de uma escalada militar seguramente mais brutal do que aquela de que todos tentavam ainda recuperar. Mais interessante, portanto, é olhar para o confronto urgente, para a politização do confronto e para o maniqueísmo da politização como os traços mais salientes desse transe. Os anos trinta deram-se *politicamente* à posteridade, e com tanta maior notoriedade quanto esse confronto político se realizou enquanto combate intelectual. Isto abre o quadro de leitura dos discursos dos intelectuais: já não se trata simplesmente de ler nas suas polémicas um reflexo de dissensões políticas, uma vez que é a crise política que se reveste de uma decisiva dimensão ideológica.

As consequências desta ideologização resultante do empenhamento dos intelectuais na crise dos anos trinta fazem com que possamos ler os seus comentários como parte do jogo político tanto pelo que eles dizem, como, talvez sobretudo, pela forma como o fazem, ou seja, pelo modo como se constituem enquanto acontecimentos políticos propriamente ditos. Raramente as responsabilidades cívicas se viram perante tão radical exigência de intervenção e portanto raramente a cedência da legitimidade intelectual às paixões políticas do momento surgiu tão ameaçadora. Nunca parecera tão

ténue, assim, a linha que separa o intelectual que transporta para o debate político um prestígio e uma legitimidade obtidos a pensar e a criar, por um lado, e a sujeição desse prestígio e dessa legitimidade aos interesses tradicionais da política.

Os intelectuais portugueses não ficaram imunes à crise histórica. Até pelo contágio em relação aos movimentos culturais franceses, uma espécie de segunda pele da vida intelectual portuguesa. O papel da cultura na superação da crise, os efeitos do pensamento na realidade, o lugar dos intelectuais e o significado dos novos meios de comunicação de massas foram em grande medida, e não o contrário, aquilo que deu notoriedade a Bento Caraça e aos jovens neo-realistas, a António Sérgio e à *Seara Nova*, a António Ferro e até mesmo, ainda que pela negativa, a José Régio.

Mas é talvez possível sugerir que também este comentário é especialmente significativo quando surge enquanto sintoma de que a intelectualidade portuguesa viveu a crise em crise. Isto é sobretudo visível na intensa actividade auto-reflexiva materializada na proliferação de obras em torno da definição do intelectual, do significado e importância da inteligência, do funcionamento dos mecanismos do *espaço público*, ou da descrição do *meio cultural*. Não tanto polémica, a principal preocupação destes discursos é divulgadora, intenção sugerida em títulos como *O dever dos intelectuais*, de Fidelino de Figueiredo, ou *Como se faz um escritor*, de Cruz Malpique, que, no essencial, foram um modo de tentar preservar aquilo que estava em risco de se deixar engolir pela turbulência dos tempos: tempos que, para continuar a explorar o poder ilustrativo destes títulos, impunham a *Memoridade da inteligência*, segundo outro trabalho de Fidelino e introduziam o problema d' *O destino do proletariado intelectual*, sobre o qual se debruçou o velho anarquista Emílio Costa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para além dos citados na bibliografia, podemos adiantar outros títulos, destes e doutros autores, onde as questões sobre o que é pensar, o que significa a cultura e quem é o intelectual são colocadas no centro das preocupações: de Agostinho de

Há, assim, um nível onde podemos estabelecer uma relação causal entre a autonomia intelectual (que, paradoxalmente, e por motivos que se relacionam tanto com a falta de liberdades políticas como com outras limitações – taxa de analfabetismo, circunscrição do espaço público –, implica uma menor visibilidade pública e, portanto, influência política) em, por exemplo, Bento de Jesus Caraça ou António Sérgio, e uma maior propensão a participar nos combates ideológicos da época. Esta propensão é, no fundo, a possibilidade aberta por essa autonomia que é o lugar de onde se faz o comentário.

Este nível, onde a história dos intelectuais portugueses é mais parecida com a história dos intelectuais franceses, por exemplo, não é, porém, aquele

---

Campos, «Universidade e Educação», in *Estudos*, nº 145 e 146, ano XIII, 1936, *Glossário de incertezas, novidades, curiosidades da língua portuguesa, e também das atrocidades da nossa escrita actual*, 1938, *Língua e literatura*, 1939, *Língua e má-língua. Graças da fala e nódoas na escrita*, 1944; de Augusto de Castro, *Homens e paisagens que eu conheci*, 1941; de Júlio Dantas, *Política internacional do espírito*, 1933; de Antero de Figueiredo, *O escândalo do espírito*, 1945; de Fidelino de Figueiredo, *Interpretações*, 1933, *Cultura intervalar*, 1944; de Rodrigues Lapa, «A política do idioma e as universidades», in *Seara Nova*, nº 341, 1933; de Bourbon e Meneses, *Os intelectuais e a causa operária*, de 1932; de Julião Quintinha, *Imagens da actualidade*, 1933.

Não é uma lista que ambicione ser exaustiva. Deixa de fora, por exemplo, a larga e conhecida doutrinação que, à época, sobre estes assuntos, levaram a cabo autores como António Sérgio, Bento de Jesus Caraça ou Abel Salazar, e revistas como a *Seara Nova* ou *O Diabo*. O motivo não é apenas o de trazer à luz outros discursos a que normalmente se presta pouca atenção. Como de seguida se verá, a abordagem que aqui propomos privilegia (por razões teóricas), aquela camada da intelectualidade que, por motivos políticos e institucionais, como nos casos de Júlio Dantas, Agostinho de Campos, Augusto de Castro ou Fidelino de Figueiredo, jornalísticos, como com Julião Quintinha, ou ligados ao cânone literário, como em Antero de Figueiredo, beneficia de maior visibilidade e influência, ou seja, cujos discursos são susceptíveis de *acontecer* mais efectivamente no campo cultural.



que mais nos interessa aqui. Num vislumbre, mesmo breve, sobre o universo cultural português dos anos trinta, é bastante visível que homens como Caraça ou Sérgio ocupam posições pouco comuns. Como veremos, e como já sugerimos, a vida intelectual é pautada pelos apertados limites estruturais do campo cultural, pelo que um panorama sobre o seu funcionamento ao longo dos anos trinta necessita de ir ao encontro de outro tipo de discursos, mais conformes com esses próprios limites, e que expressem por isso aquilo que podemos considerar uma espécie de *sensu comum* da intelectualidade portuguesa em crise nos anos trinta<sup>2</sup>.

## I – O PRIVILÉGIO INTELECTUAL

Em 1934, o jovem professor liceal Manuel da Cruz Malpique iniciava, com uma versão da sua tese de licenciatura, uma longa acção divulgadora dos temas e protagonistas do meio cultural, que prolongaria pelas décadas

---

<sup>2</sup> Adoptamos aqui o quadro de leitura de Pierre Bourdieu, sobretudo no que diz respeito à constituição de um campo cultural autónomo (em relação ao mercado e ao poder político), que é, na segunda metade do século XIX, onde nascem as vanguardas artísticas e os movimentos intelectuais. No essencial, os intelectuais que seleccionámos para esta análise caracterizam-se menos pelas suas posições ideológicas do que pelas suas posições no campo. Ocupando invariavelmente *lugares comuns* no mundo intelectual (como oposto a posições marginais, extra-ordinárias), dos seus discursos é possível extrair um conjunto de ideias bastante homogéneas que julgamos poder considerar o *sensu comum* do campo. Não se devem portanto a nenhum paradoxo as coincidências discursivas com que nos vamos deparar entre intelectuais que sabemos tomarem à época diferentes posições políticas. Por outras palavras, e como o artigo desenvolverá, estes são os que, menos autonomizados do político, menos conseguem constituir uma ideologia que não seja, no essencial, a expressão mais ou menos inconsciente da ideologia dominante. Cf. BOURDIEU, Pierre, *As regras da arte, génese e estrutura do campo literário*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.

seguintes, com mais um título assaz sintomático, *Introdução à vida intelectual*, a que a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra e as dedicatórias a Joaquim de Carvalho e António Sérgio deram um acabamento de simbolismo. Nessa descrição exaustiva dos trabalhos não manuais, o acesso ao meio cultural e à condição intelectual sofre, à partida, de uma restrição, que Malpique sustenta apoiando-se na citação de mais um nome prestigiante das letras portuguesas, o de Fidelino de Figueiredo, onde este faz o acesso ao estatuto «intelectual» depender da posse de uma vocação: «Porque a vocação é a *irresistível inspiração* individual, é um *imperativo categórico* que domina todo o nosso ser e o propele para um destino mais alto, a que tudo comanda e subordina, docemente e firmemente.»<sup>3</sup>

Torna-se a partir daqui possível a Cruz Malpique definir o intelectual não enquanto alguém que ocupa uma determinada posição ligada a um contexto, mas como o beneficiário de um requisito não conquistado, ou seja, de um predicado:

«A vocação intelectual é o *natural pendor* que certos indivíduos têm para a ensimesmação de espírito, congeminando, idealizando, abstraindo, criando beleza, ou pesquisando a verdade. Essa concentração não se consegue sem um esforço contínuo, metódico, *sentido*, almejando a perfeição máxima. E isto faz-se espontaneamente, naturalmente arrastado para aí, jámais por mero diletantismo.»<sup>4</sup>

Estes intelectuais afirmam esse estatuto, então, como uma faculdade com que se nasce como se se tratasse de uma condição análoga à dos privilégios aristocráticos. Mas a esta condição correspondem obrigações – o sentido da perfeição máxima indicado pelo autor – que por sua vez remetem para o missionarismo do clérigo. Pela mesma ordem de ideias mas noutra

---

<sup>3</sup> In MALPIQUE, Cruz, *Introdução à vida intelectual*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1934, p. 4 (sublinhados nossos).

<sup>4</sup> *idem*, p. 5 (primeiro sublinhado nosso).

momento, Fidelino de Figueiredo distancia-se da definição de intelectual sujeita ao «conceito estricto de profissional de ciências, das letras, de especialista dum sector do saber ou da imaginação (...)» Pelo contrário, o intelectual é «todo aquele que forceja por entender e transportar a sua exégrese quotidiana da vida às perspectivas e aquisições do seu entender, é», enfim, «o homem que só pela consideração da *verdade* ordena as suas aquisições (...)»<sup>5</sup>

Portanto, para estes autores, a condição intelectual, obtida por vocação, é aquilo que coloca os que a possuem na vantagem dos poucos eleitos que conseguem atingir a verdade. Esse o seu privilégio que não passa, como era importante acrescentar, de um fardo que os intelectuais carregam e de que os outros homens se podem dispensar, naquilo que representa um sacrifício de lucidez. Quando Malpique, na *Introdução à vida intelectual*, atribui ao «lógico [aquele que tem a vocação intelectual]» a responsabilidade de «sobrepajar e dominar o afectivo», condena-o àquilo que não pode deixar de significar uma amputação dolorosa.

Em nome de quê? Naturalmente, da verdade. «*Porque ela é o que é e não o que nós imaginamos, levados pela paixão e outros motivos perturbadores da serenidade imparcial.*»<sup>6</sup> A vocação seria, em suma, o elemento que permite olhar por cima da névoa romântica das paixões e por isso o privilégio deve entender-se como a privação que conduz à luz. O cumprimento destas responsabilidades, por outro lado, já não parece depender apenas da vocação intelectual aristocrática. A esta, para que o processo decorra no sentido desejável, deve somar-se o carácter. Este elemento, que já não é apenas intelectual, como veremos, é o que o seareiro José Bacelar (no seu ensaio de análise à situação do meio cultural português *Polémica e abstenção*) indica

---

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de, *Problemas de ética do pensamento: O dever dos intelectuais*, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, Lisboa, 1936, p. 21 (sublinhado nosso).

<sup>6</sup> MALPIQUE, Cruz, *idem*, p. 52.

como o que permite a interiorização dos valores da missão intelectual pelo indivíduo inteligente:

«Para nós a mediocridade depende essencialmente dos valores do indivíduo, e portanto, para empregarmos outra expressão, da sua “visão” (...) das coisas dêste mundo. Desta maneira, podemos conhecer uma criatura dotada de bastantes qualidades intelectuais (...) uma criatura em suma “brilhante”, mas que é fundamentalmente medíocre, porque a sua visão da vida é mesquinha e apertada (...).»<sup>7</sup>

As ambiguidades destes discursos são a revelação de uma assincronia fundamental em que vivem estes intelectuais portugueses na crise dos anos trinta. Nascidos na periferia da modernidade, a sua formação intelectual conjugava as luzes que tinham sabido adquirir do exterior, numa cultura, que não deixava de ser a sua, ainda limitada, a todos os níveis, a condições muito pouco modernas.

Assim, se conseguem, por um lado, estabelecer uma relação cristalina entre razão e bondade, este pressuposto profundamente iluminista apenas toma forma enquanto relação entre a verdade e o carácter, que por sua vez pretende superar radicalmente qualquer entendimento político da actividade intelectual, em nome de uma preocupação essencialmente moral. É que, por outro lado, as implicações desta «alta clerezia intelectual e moral»<sup>8</sup>, como lhe chama Cruz Malpique, levadas às últimas consequências, atingem quase o anti-intelectualismo, numa interiorização tão acentuada do imaginário religioso que apaga qualquer vestígio de debate intelectual,

---

<sup>7</sup> BACELAR, José, *Polémica e abstenção*, Cadernos da “Seara Nova”, Secção de Estudos Literários, Lisboa, 1939, p. 26.

<sup>8</sup> MALPIQUE, Cruz, *Como se faz um escritor*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1939, p. 20.

mesmo sendo esse o tema da sua reflexão, sacralizando a fé na verdade, ao ponto de diminuir o valor das próprias ideias:

«A clareza é natural nos convictos. A condição é, de si, eloqüente, dispensa artificios. Só os misturadores de palavras, os estreloçadores do adjectivo sonoro, se acocoram perante a música desmiolada de ideias, tomando, muita vez, por pensar profundo, o que de obscuridade não passa.»<sup>9</sup>

Como uma fé, em suma, a verdade estava acima das opiniões. É o que Fidelino de Figueiredo defende logo na entrada de *Menoridade da inteligência*, quando defende que a superioridade que o intelectual devia gozar sobre os políticos – «porque o seu escopo é a verdade»<sup>10</sup> – retirava qualquer legitimidade ao combate político específico. A razão era ainda a mesma palavra que os filósofos do século XVIII tinham utilizado para combater as certezas da fé. Mas era agora, no Portugal dos anos trinta do século XX, desvirtuada dessa raiz pela necessidade de, simultaneamente, evitar combates e manter certezas, por forma a aceder à verdade redentora, apenas alcançável pela «inteligência, [que] se é realista e serena, concilia e acalma, em vez de polemizar e ferir; [pois] só a meia inteligência é disputadora e abusadora da sua razão.»<sup>11</sup>

## II – A DEFESA DO GOSTO

O perfil de intelectual que estes discursos apresentam, evoca, apesar de tudo, bem mais o filósofo setecentista que iluminava o governo dos déspotas, do que a intervenção política legitimada por um prestígio anterior, nas

---

<sup>9</sup> *idem*, pp. 21, 22.

<sup>10</sup> FIGUEIREDO, Fidelino, *Menoridade da inteligência*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1933, p. 12.

<sup>11</sup> *idem*, p. 114.

artes, nas letras, na ciência ou no pensamento, prestígio suficientemente forte para que, como Zola em *J'accuse*, o escritor pudesse desdobrar-se por dois campos distintos, sem nunca deixar de ser, sobretudo, um escritor, nem ser alguma vez confundido com um político – desdobramento que resume o perfil do intelectual do século XX<sup>12</sup>. Mesmo que Fidelino se refira à «maravilhosa síntese que é o gosto estético e político»<sup>13</sup>, evocando essa relação entre dois campos distintos, o papel do intelectual, na forma como o temos apresentado, passa muito menos pela argumentação contra ideias diferentes num debate público, do que por um poder de representação próximo dos privilégios sociais e da sacralização cultural do Antigo Regime. Não são poucas as sugestões que estes discursos, definidores dos atributos necessários à pertença ao meio, lidos enquanto tomadas de posição, nos podem dar como hipóteses: a vida intelectual onde habitam Fidelino de Figueiredo, Cruz Malpique ou José Bacelar, bem como Sérgio, Caraça ou Ferro, mantém um rígido elitismo porque não está sujeita ao jogo de um mercado, constrói uma representação aristocrática porque não está confrontada com uma opinião pública e assume uma missão superior porque não está autonomizada da esfera política: se seguirmos agora pelas definições dos lugares que nos indicam ocupar, estas vozes não deixarão de deitar alguma luz sobre as perspectivas que se abrem, ou as oportunidades que conseguem conquistar os seus detentores.

A imagem do *clerc* francês – que é um produto intelectual – em relação à qual se reviam os intelectuais portugueses, era, como vimos, dissonante da estrutura do meio cultural – que é um fenómeno social – onde estes viviam. E se nessas condições lhes era possível assumir privilégios sociais pré-modernos, este atavismo prendia, por outro lado, os horizontes intelectuais

---

<sup>12</sup> Para uma análise detalhada à génese social, política e cultural da intervenção dos intelectuais no século XX, cf. CHARLE, Christophe, *Naissance des «intellectuels», 1880-1900*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1990.

<sup>13</sup> FIGUEIREDO, Fidelino, *Problemas de ética do pensamento: O dever dos intelectuais*, p. 21.

que as suas obras poderiam alcançar. A circunscrição das elites nacionais e o atraso na constituição de um corpo de valores genuinamente burguês fizeram com que os homens da cultura em Portugal estivessem ainda singularmente preocupados em se distanciar dos valores (mas não da posição social, repita-se) da velha aristocracia marialva, assentes numa ética do corpo, avessos ao progresso e ao conhecimento, escassez que dominava o imaginário popular.

Qualquer combate pela elevação cultural do país – uma tarefa, naturalmente, a cargo da intelectualidade –, teria de lutar, nestas circunstâncias, contra a boçalidade que, segundo José Bacelar, atravessava de cima abaixo toda a pirâmide social:

«E isto explica bem êste fenómeno que tanto aflige os raros “moralistas” do país, que lamentam a falta de educação artística do povo, que pateou e assobiou copiosamente a pianista que se atreveu a esboçar alguns acordes de Chopin na “hora de arte” de qualquer organização operária, e que nós encontramos depois desconcertados porque, numa casa de espectáculos onde se reúne a fina-flor da sociedade lisboeta, um artista que veio dizer meia-dúzia de palavras esclarecedoras foi afinal enxotado agastadamente do palco com uma tossinha de gato uníssona.»<sup>14</sup>

Difícilmente se vislumbra nas manifestações culturais deste período, em Portugal, aquilo em que consistiu a base da formação do universo cultural contemporâneo nos países europeus que os criadores portugueses tomavam como referência: a constituição de um imaginário literário partilhado por um público em condições de se rever criticamente – ao seu modo de vida e aos valores civilizacionais que respeitava – em criações literárias e artísticas produzidas numa esfera social autónoma<sup>15</sup>. Ou seja, mesmo num

<sup>14</sup> BACELAR, José, *idem*, pp. 39, 40.

<sup>15</sup> «Les couches bourgeoises incarnent la conscience publique (...) qui correspond à une usage littéraire de la raison au sein duquel la subjectivité, dont l'origine est l'intimité familiale, communique avec elle-même pour se comprendre elle-

caso que parece contradizer absolutamente esta insuficiência, como é o tipo criado pelo actor António Silva nas comédias cinematográficas (cujas raízes, por sua vez, estavam na comédia teatral, de enorme popularidade entre o público citadino), não se tratava tanto de um burguês (espelho crítico das pequenas burguesias), mas de um “aristocrata popular”, elemento do povo à procura da distinção da fidalguia, que saltava por cima de aspirações propriamente burguesas.

Contrariamente ao intelectual saído do Caso Dreyfus, interveniente crítico e exterior à ordem estabelecida, o congénere português encontra-se numa posição assaz paradoxal: mesmo assumindo um estatuto social de reminescências antigas, os seus valores culturais, importados, eram os da burguesia, consolidados, mas não em Portugal, ao longo de quase dois séculos de pensamento e criação artística. O paradoxo está então na já referida necessidade de assumir privilégios ultrapassados para defender o património contemporâneo, sobretudo num país em que, por este se encontrar fragilizado pela inexistência de uma burguesia (leia-se, opinião pública) forte, era maior a ameaça do advento, incontrolável, da cultura de massas, ou, como receava Fidelino de Figueiredo, da “turba”:

«À aristocracia de sangue e tenência, e à oligarquia eclesiástica das velhas sociedades militares opôs o liberalismo uma burguesia enriquecida pelo trabalho nas novas sociedades industriais e logo capitalistas; a êste terceiro estado, que reinou durante o liberalismo, já se opõe um quarto estado, a turba anónima dos servos da máquina e dos servos da gleba, que, após a primeira guerra de turbas anónimas servidas pela técnica, quere ascender a aburguesar-se também ou quere fazer descer o *tonus* social ao nível do gôsto – o gôsto, última essência em que inconscientemente se filtra tudo que de impressionante

---

même.» Cf. HABERMAS, Jürgen, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Critique de la politique, Payot, Paris, 1992, p. 61.



e forte se tem passado no mundo. Porque os factos são os livros únicos da turba e as emoções humoradas a sua única reacção.»<sup>16</sup>

Face a estas ameaças a intelectualidade portuguesa não sentia apenas a falta de protecção de uma classe média forte que constituísse o público exigente impeditivo do avanço da barbárie cultural (progressivamente identificada com o advento do cinema e das músicas dançáveis, sobretudo do jazz, veiculadas radiofonicamente). Essa ausência fazia-se sentir também no interior do próprio campo dos intelectuais, pela inexistência da massa crítica capaz de distinguir a excelência e o carácter entre a proliferação dos medíocres e dos desonestos. É, aliás, esta a preocupação que leva José Bacelar a escrever, em 1939, *Polémica e abstenção*:

«as coisas estão feitas de tal forma que o primeiro imbecil malévolo que aprende a ler e escrever tem a possibilidade de vir a público (...) fazer estendal das suas misérias impúdicas – sem que imediatamente o “rumor” duma opinião pública esclarecida, o anátema severo e frio duma elite autorizada e consciente do seu nível, condene e obrigue automaticamente o impudente a reentrar na sombra (...)»<sup>17</sup>

Nestas condições e ao contrário do que era suposto, as polémicas não podiam desempenhar um papel de clarificação e aprendizagem, contribuindo antes para a confusão e o falseamento, dado que a fraca capacidade de entendimento do público se aproximava mais dos que não tinham razão do que daqueles que mantinham nos seus argumentos a frieza das ideias correctas. É até bastante presumível que Bacelar tivesse sobretudo presente, no momento e na intenção em que escreveu o livro (editado pela *Seara Nova*), não uma qualquer rixa entre figuras menores, mas a recente e violenta polémica acerca do valor e modo da vulgarização da cultura, que tinha

---

<sup>16</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de, *Menoridade da inteligência*, p. 60.

<sup>17</sup> BACELAR, José, *idem*, pp. 83, 84.

oposto até à completa perda de compostura, em público, os nomes de António Sérgio e de Abel Salazar.

Clarifica-se assim o paradoxo de que falávamos. A inexistência de uma opinião pública exigente força os intelectuais portugueses a colocar acima da crítica à civilização burguesa contemporânea (que só podem idealizar) uma outra, aos resquícios aristocratizantes que ainda estruturavam o imaginário e que, por sua vez, impediam que a afirmação intelectual se fizesse segundo moldes que não eram visíveis (um prestígio público assente no valor das obras culturais), mas respeitasse, afinal (e é este o paradoxo), essa mesma hierarquia aristocratizante que tal crítica afirmava combater:

«Sômos devedores, na medida em que sômos superiores. Mais deve quem mais é. Um homem de letras representa sôbre o vulgar dos homens a superioridade de saber exprimir com vernaculidade e com veia comunicativa a sua vida interior e a dos outros, o seu pensamento, as suas emoções, a vida que já passou, a vida presente e, até, um tanto da vida que ainda não chegou. Mas, tendo êsse poder de transmitir, importa que o não empregue na divulgação do hediondo, antes devendo pô-lo ao serviço da Justiça, do Bem e da Verdade, como um verdadeiro *clerc*. Uma superioridade quintuplica o seu valor na medida em que serve o Superior ou o Aristocrático, entendido aqui êste termo no sentido do Melhor, sem, nem ao de leve, ter que ver com “Sangues azuis”.»<sup>18</sup>

### III – RESISTÊNCIA CIVILIZACIONAL

Num momento em que a Europa é dividida por uma profunda clivagem ideológica (que atinge de forma particularmente sangrenta a vizinha Espanha) o debate intelectual português, na sua larga maioria – aquela situada abaixo da estreita elite que age conforme o debate internacional –, trava-se em posições sem conteúdo político onde a discussão do valor e da

---

<sup>18</sup> MALPIQUE, Cruz, *idem*, p. 50.

mediocridade, que, como vimos, avaliam antes de mais o carácter dos contendores, substituem (ou em certa medida *constituem*) a ideologia.

Por outras palavras, a inexistência, ou a fragilidade, da opinião pública, desloca o debate de ideias para uma afirmação que não se constitui verdadeiramente enquanto debate público onde a regra teria de ser o confronto racional das propostas políticas e respectivas ideologias. Trata-se, pelo contrário, de uma discussão privada em público, onde o lugar da argumentação é tomado pelo debitar acrítico de verdades em circuito fechado.

Estamos, assim, em condições de ensaiar um balanço: a forma aguda como os *clerics* portugueses vivem a crise é um sinal, não tanto do seu conteúdo político, mas sobretudo da forma periférica com que participam na vida moderna que à crise conduziu. A intelectualidade portuguesa que enfrenta, nos anos trinta, o advento da cultura de massas – que é talvez o elemento mais visível e decisivo da dramatização do contexto histórico –, reproduz ainda, já o vimos, velhas representações sociais<sup>19</sup>.

Ora, o comentário político e civilizacional produzido nestas circunstâncias, por sobre variações de esquerda e direita, tendências mais democratizantes ou autoritaristas, manifesta acima de tudo a vontade de travar a

---

<sup>19</sup> No cerne deste processo está aquilo a que anteriormente nos referimos como «dissonância», mas que também podemos entender como assincronia, ou desfazamento, e que constitui porventura o problema central na existência dos intelectuais portugueses no período considerado: as franjas da intelectualidade absorvem formas culturais originárias de sociedades (como a francesa) onde se jogam com fenómenos sociais que, por sua vez, não existem do mesmo modo na sociedade portuguesa. Mais especificamente, e sintetizando talvez em excesso, os intelectuais portugueses dos anos trinta (embora talvez seja possível alargar o fenómeno pelo menos a toda a primeira metade do século XX) interiorizam um sentimento de crise que resulta, no essencial, do advento da cultura de massas, fenómeno com contornos culturais com o cinema e a rádio, por exemplo, mas também políticos, com a mobilização em torno dos grandes movimentos ideológicos, a partir de centros culturais onde o processo se efectiva com muito maior intensidade do que em Portugal.

mobilidade social. A ameaça da massificação ao estatuto do intelectual (ambíguo mas indiscutível, como vimos), na medida em que deixava sob pressão os detentores da “verdade”, teria de ser combatida na forma de uma autêntica resistência civilizacional: «a primeira condição para imprimir um selo de nobre preocupação ética na vida do Estado seria reduzir à menoridade política a massa analfabeta, que vive a um nível moral e mental muito inferior ao do homem civilizado.»<sup>20</sup>

À maneira do antigo paternalismo senhorial, a elite intelectual reafirma responsabilidades que são sobretudo uma forma de conservar distâncias em face das pressões de camadas populares cada vez mais próximas de se constituir em público pela porta de uma cultura dissolvente. A forma como o povo é tratado nos discursos não prevê qualquer mudança. Os intelectuais, neste contexto, não olham para a aprendizagem popular como um meio de criar cidadãos para a República e resgatar as almas das trevas. Pelo contrário, o seu discurso assume uma forma didáctica que se dá enquanto catequização, sem a abertura de quem procura persuadir um público intelectualmente maduro, e que este, de resto, seria o primeiro a exigir.

O debate intelectual propriamente dito toma a forma de uma *cultura intelectual*<sup>21</sup> marcada pela generalização de uma abordagem moralizadora e doutrinária que se funde das intervenções intelectuais às criações culturais. Sob ameaças que pareciam apontar, antes de mais, ao mundo onde viviam em situação de privilégio, a orientação dos intelectuais afasta-se do alinhamento e da mobilização políticos em contexto de crise, intervindo a favor da

---

<sup>20</sup> FIGUEIREDO, Fidelino, *idem*, pp. 95, 96.

<sup>21</sup> A *cultura intelectual* é aqui entendida como o processo onde, apesar de não serem tão visíveis os intelectuais *tout-court* empenhando-se nos assuntos da cidade, é possível encontrar, em contrapartida, uma intencionalidade interventiva no jornalismo, no romance ou em peças de teatro. Trata-se, simultaneamente, de uma intervenção intelectual que se exprimiu na forma de temáticas culturais (no jornalismo e em conferências, por exemplo), por um lado, e uma propensão da vida cultural para a intervenção intelectual (na dramaturgia, na literatura, etc.), por outro.

estabilidade e da harmonia<sup>22</sup>. Em «notas à margem da vida quotidiana», José Bacelar afirmava a necessidade de «tomar em linha de conta aqueles aos quais nos dirigimos e, se êles não têm orelhas para nos ouvir, criar antes de tudo essas orelhas, ou amestrá-las.»<sup>23</sup> Era a forma de conservar condições para que os intelectuais mantivessem voz num mundo aparentemente cada vez menos próprio à sua existência:

«O gosto, a medida, a circunspecção, todas essas cousas finas e subtis, são virtudes muito preciosas e muito nobres na verdade. Mesmo, noutros tempos, elas asseguravam, até um certo ponto, a simpatia e o sucesso. Mas o mundo tornou-se, nos nossos dias, demasiadamente apressado e demasiadamente barulhento, e aquele que, por uma preocupação de elegância ou de dignidade moral, submete a sua conduta a tais virtudes, arrisca-se a ser tão ridículo como aquelas figuras de terceira ou quarta ordem que desempenham com aplicação e estudo o seu papel na peça – mas às quais entre os espectadores ninguém presta atenção.»<sup>24</sup>

Assim, «num momento de prodigiosa multiplicação do consumo [em] que as coisas sobram e se destruem!», ou seja, como acusava Fidelino de Figueiredo, no momento do «reinado da cultura extensa»<sup>25</sup>, a *cultura intelectual* é o que, na prática dos intelectuais, sintetiza rigorosamente as funções das antigas classes privilegiadas: a representação aristocrática e a doutrinação clerical. E o melhor indicador do tamanho da ameaça está na veemência, na clareza e na continuidade com que este tipo de posições foi sendo tomado. À medida que se receia a emergência da mobilização política das massas e que nelas se assiste à interiorização de um imaginário cultural não

---

<sup>22</sup> O que não deixa de ter um valor ideológico.

<sup>23</sup> BACELAR, José, *Revisão (anotações à margem da vida quotidiana)*, Portugalia Editora, Lisboa, 1935, pp. 130, 131.

<sup>24</sup> *idem*, p. 131.

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, Fidelino, *ibidem*, p. 90.

literário, mais a *cultura intelectual* procura guardar, ou restituir, aos intelectuais uma posição e uma função antigas.

Ou, procurando a clareza de alguns fenómenos concretos, que estes discursos ilustram, essa forma de contornar o desdobramento que a intervenção implica (pois, em alternativa, a *cultura intelectual* promove uma fusão) é a resposta prudente, mas desesperada, dos intelectuais, no sentido de preservarem a supremacia do universo letrado no momento em que este se encontra mais ameaçado pela convulsão massificada que os sons radiofónicos e as imagens cinematográficas significam.

Situando a verdade na quietude da erudição das letras tradicionais, reagia-se ao poder mobilizador (e portanto politicamente revolucionário) das formas de cultura de massas, não combatendo-as politicamente, mas erradicando pura e simplesmente a política, resistindo também a participar na polémica ideológica, outra forma de mobilização revolucionária, mas esta dentro do universo das letras. A *cultura intelectual* surge assim como um modo de dupla resistência, de forma, porque insiste no valor temperado das letras, e de conteúdo, porque sustentada no poder de afirmar uma verdade cuja legitimidade lhe era inerente ao estatuto de produto cultural, ou seja, politicamente desinteressado.

Resistência que, face às novas circunstâncias e no contexto português, não só procurava superar a demopédia republicana (e combater os projectos de cultura integral com que os marxistas entravam no meio cultural), mas também criar um tampão benigno aos entusiasmos propagandísticos do primeiro Estado Novo, quando a Política do Espírito esteve mais próxima de uma estética fascista. Se por debaixo do tempo convulsivo dos anos trinta, as estruturas do meio cultural conservavam, cada vez mais activamente, o seu passado romântico, ou o seu passado de forma romântica, então os discursos mais representativos, aqueles que dominam, não podem deixar de ser exactamente os mesmos que evitam o “ar dos tempos” e se entrincheiram face à turbulência internacional. Neste sentido, na medida em que a *cultura intelectual* dominante assenta numa negação, o seu significado só não se assume na mais completa invisibilidade porque, como vimos, a

inversão que procurou face ao devir da cultura contemporânea teve de proclamar bem alto, na proliferação de obras de vários autores, a sua imobilidade face ao ruído da mudança

#### IV – UM CONSERVADORISMO MODESTO

Não é impossível atribuir estas preocupações materializadas em discursos ao isolamento, à marginalidade, ao conservadorismo ou aos próprios limites intelectuais e culturais do meio. Esse caminho aparentemente evidente, porém, levar-nos-ia à perigosa ideia de que estamos perante um alheamento desresponsabilizador em relação à escalada para a guerra quando, de facto, se trata de uma experiência particularmente aguda da crise, porque em situação de desesperante fragilidade. Os intelectuais portugueses não se encontravam em combate perante um adversário. Era o chão que lhes fugia por debaixo dos pés. De tal forma que, em 1936, Fidelino de Figueiredo parecia já em fase de rendição, preparado para, na melhor das hipóteses, saber reagir com a frieza de Santo Agostinho sobre os escombros das invasões bárbaras:

«E agora isto que os seus interpretadores chamam dos nomes mais diversos, essa irrupção dos bárbaros, excesso populacional com baixo nível de cultura, alheio à influência da escola e com um sentimento vital novo, massa que em seu seio afoga as aristocracias condutoras (...) isto de agora parece-me uma explosão de saúde, uma reanimação do homem, que se rebela contra o nível de vida altíssimo, a que se ergueu o século XIX, altura a que não pode chegar o homem médio. (...) contra esta utopia do século XIX, que presumiu demasiado da humanidade média e esqueceu problemas fundamentais, a rebelião da turba, que, mais sã na sua barbárie que as “élites” cultas e esgotadas, volta a amar e a preferir a beleza física, a saúde e a destreza pessoal, e a opôr a uma concepção espiritual e individualista da vida e a uma aspiração de valores eternos uma concepção desportiva e colectiva e uma franca opção por restrictos valores presentes.»<sup>26</sup>

<sup>26</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de, *O dever dos intelectuais*, pp. 65, 66.

Existe neste excerto a marca intelectual do contra-poder. Simplesmente, enquanto a intervenção dos intelectuais se atribuía tradicionalmente a missão de subverter a estabilidade dos poderosos e o conforto dos privilegiados, neste caso elege as próprias massas como a ameaça fatal de uma intelectualidade engolida pelo turbilhão (que, como reconhece o autor, era, desafortunadamente, onde estava a vitalidade). É notável que, num momento como aquele, a preocupação de Fidelino de Figueiredo fossem as massas e não o nazismo. O século XX, presume-se, levava longe demais as utopias de oitocentos. Enquanto então tinha sido possível conquistar a liberdade e a igualdade entre as burguesias (e foi com essas conquistas que nasceu a opinião pública e o mercado literário que, por sua vez, permitiu a afirmação dos intelectuais), o advento da «turba», trágica novidade de décadas mais recentes, destruíra esse espaço da forma mais insensata: ousando sonhar com o alargamento da liberdade e da igualdade aos “bárbaros” do “quarto estado”. Não se tratava apenas de um acidente cultural, por desarrumar as hierarquias do meio: pior, era a materialização do temido desastre civilizacional pela invasão do espaço onde se conservava o gosto e a verdade.

Assim, retomando uma distinção a que fizemos referência no início, é possível afirmar que a experiência em crise daquele período se sobrepôs ao comentário à crise dos tempos propriamente dita. Como Emílio Costa demonstrou em *O destino do proletariado intelectual*, com uma idade que já lhe permitia falar distante da ameaça, apesar das afirmações elitistas da generalidade dos discursos, os intelectuais estavam condenados a ser cada vez mais uma «massa d[e] indivíduos saídos das escolas superiores, liceus, escolas técnicas e artísticas, sem ocupação ou reduzidos a ocupações de categoria e proventos inferiores.»<sup>27</sup>

Na medida daquilo que nos é indicado por estas palavras, parece estarmos nos antípodas do estatuto que permitiu aos intelectuais doutras

---

<sup>27</sup> COSTA, Emílio, *O destino do proletariado intelectual*, Cadernos da «Seara Nova», Lisboa, 1935, p. 5.



paragens assumir a marginalidade como se de uma conquista se tratasse, em nome da subversão e do contra-poder. Neste caso português, de facto, as expectativas que Emílio Costa indica parecem circunscrever-se a «(...) uma série de vantagens, cujo conjunto forma isso a que se pode chamar a vida civilizada, polida, que atrai, irresistivelmente, um número cada vez maior de pessoas: uma certa alimentação, o vestuário, a moradia, a higiene, as diversões, etc.»<sup>28</sup>. Ao contrário do que pretendiam outros discursos que davam ao intelectual os privilégios e as responsabilidades mais nobres da pirâmide social, a base concreta das expectativas, nos casos que temos vindo a tratar, parecia apontar antes para um desejo de segurança profissional tipicamente pequeno-burguesa, conformada e dependente à sombra das instituições, protegida do inferno da queda na proletarização, sem margem, enfim, para a intervenção.

## V – O SILÊNCIO DOS INTELECTUAIS

A segurança do meio-termo perante os conflitos é, portanto, uma opção tomada por precaução. Este intelectual insinua-se na descrição silenciosa com que o funcionalismo sustenta o sistema. Aquilo que o distingue da intelectualidade que faz as despesas das lutas do tempo, não é tanto o corpo das ideias, como a recusa dos riscos inerentes às tomadas de posição. É portanto sobretudo nesse sentido que os antípodas destes *discursos* sejam a *atitude* do jovem Álvaro Cunhal mergulhando nas massas e na revolução, ou do presencista José Régio na defesa intransigente da vanguarda artística contra o mundo.

Por outras palavras, quando a polémica entre Régio e Cunhal assume um sentido quase metafórico em relação ao papel da arte e da cultura nas vésperas da guerra, o então professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Agostinho de Campos, resolve, em crónica radio-

---

<sup>28</sup> *idem*, p. 25.

fónica, essa contradição estruturante do momento, não tomando uma das posições em disputa e argumentando-a de forma especialmente persuasiva, mas simplesmente fundindo o problema do experimentalismo estético com o da proletarianização intelectual, numa indistinção de tudo o que ameaça a «normalidade» que é a marca fiel do conservadorismo:

«De mais a mais chegou agora aí uma nova moda literária, segundo a qual para fazer versos não é nada preciso sabê-los fazer, de maneira que os poetas, além de não venderem os versos, além de não terem preço os bons versos, além de muitos deles serem até impagáveis – os pobre poetas, coitadinhos, sofrem agora a concorrência dos sapateiros, dos chapeleiros e de toda a gente, porque toda a gente é capaz de encher páginas com linhas que não enchem as páginas.»<sup>29</sup>

Trata-se de um erro aparentemente grosseiro, o do velho professor e linguista. Sabemos bem como o experimentalismo das formas artísticas e o advento de classes culturalmente imprevistas à esfera da criação não são, antes pelo contrário, fenómenos correlatos. E assim a Agostinho de Campos escapa o essencial do choque entre a chamada arte pela arte e a arte social, aquilo que esteve em causa na polémica entre o presencismo e o neo-realismo. Mas é exactamente desse erro que interessa tirar todo o sentido. O significado mais interessante destes discursos, como já tivemos oportunidade de dizer, não está tanto nos seus conteúdos propriamente ditos (semelhante leitura conduziria a conclusões incipientes e a um retrato esquemático do meio cultural), mas na forma como esses conteúdos procuram tomar posição num meio em determinado contexto.

Uma análise como a nossa faz antes uma leitura ideológica da insistência em alguns tópicos e das estratégias com que estes discursos se colocam

---

<sup>29</sup> CAMPOS, Agostinho de, *Falas sem fio (ajuntamento de crónicas etéreas)*, I, 1938 e 1939, Livraria Bertrand, Lisboa, 1943, p. 103.

perante os debates, digamos, maiores<sup>30</sup>. É neste sentido que temos falado de crise. Sublinhe-se que não é tanto uma crise política ou social, mas inadaptação de posições ameaçadas e funções em risco de se tornarem obsoletas. Os intelectuais portugueses nos anos trinta, como temos salientado, vivem na encruzilhada entre estruturas culturais pré-modernas e elementos novos da modernidade que invadem o meio. Enquanto o choque das ideologias e o advento da cultura de massas convulsiona, nos centros que, lá fora, são referência da cultura portuguesa (espaços que há muito tinham constituído o mercado para os objectos culturais e o público numeroso e crítico que permitiram autonomizar a esfera dos criadores e dos pensadores), em Portugal, como temos salientado, os mesmos processos históricos da crise dos anos trinta emergem de forma particularmente ameaçadora sobre um meio muito mais frágil porque assente sobretudo numa legitimidade simbólica sem base social.

É por isso que o que nos interessa na generalidade destes discursos, procurando não cair em juízos de valor ou de intenção, é perceber *como* eles não correspondem à realidade social e política em sentido estrito (o tradicionalmente apresentado pela história social e política) assim como descobrir o significado dessa divergência e procurar, então, a que realidade é que correspondem. Porque eles não mentem, propriamente. São antes o sinal do que pode ser dito no sentido em que revelam as possibilidades abertas, que correspondem aos limites fechados no horizonte da acção cultural dos intelectuais. Cruz Malpique, pegando noutra exemplo, ao incorporar um con-

---

<sup>30</sup> Vimos já a influência de Bourdieu no estabelecimento do campo onde se apresentam esses tópicos e se desenrolam essas estratégias. Gilles Deleuze e Félix Guattari ajudam-nos, por outro lado, a ler a dimensão política nos escritos culturais destes autores que, por ocuparem os «lugares comuns», podemos aproximar de um entendimento de literatura «menor» como aquela onde «what each author says individually already constitutes a common action, and what he or she says or does is necessarily political (...)», cf. DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, *Kafka. Toward a minor literature*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986, p. 17.

junto de ideias muito repetidas na época (de protesto contra a invasão do materialismo, do prazer e do consumismo), ilustra exactamente o atraso da realidade em que vive em relação às expectativas e receios que, naquele momento histórico, o perseguem. Ou seja, como a seguinte citação sugere, o autor de *Introdução à vida intelectual* equivoca-se ao evocar um passado que, em Portugal, dificilmente teria existido, porque o que está a dizer refere-se a uma crise, de que ele também faz parte, vivida a nível europeu:

«Como estamos longe desses tempos em que a vida intelectual era tida em tão alta conta! O desenfreado utilitarismo de hoje, tudo aquilutado pelo metal sonante, fêz descer as coisas do espírito às ruas da amargura. Outros são os prazeres de nossos dias, prazeres quási que inteiramente voltados ao exterior, alheios do recolhimento meditativo. Subiu a civilização material; a do espírito, a interior, retrocedeu. Complicamos a vida. Os superiores prazeres do espírito, admiração pela beleza, raciocinar, compreender e investigar desinteressadamente, deram a vez ao prazer da velocidade, do *jazz-band*, da cabriola atlética, do batuque. Já não admiramos a paisagem, a leitura íntima é uma velharia, o socêgo foi estragado pela “música de conserva”»<sup>31</sup>

Em suma, passo a passo, os discursos destes intelectuais reproduzem, por detrás do seu comentário explícito ao tempo, nas limitações que os seus equívocos revelam, elementos da estrutura social de onde saem. Quando o mesmo Cruz Malpique pede «que se pense como homem de acção e se actue como homem de pensamento»<sup>32</sup>, parece apelar à intervenção intelectual, mas no fundo revela a incapacidade de distinguir as esferas política e intelectual; quando José Bacelar aponta, no meio cultural português, a proliferação de «homens que nunca se decidem a escrever num meio um pouco restrito, simplesmente porque temem deixar entrever assim aos outros os seus segredos íntimos»<sup>33</sup>, denuncia, não tanto um motivo de demissionismo inte-

---

<sup>31</sup> MALPIQUE, Cruz, *idem*, p.41.

<sup>32</sup> *idem*, p. 42.

<sup>33</sup> BACELAR, José, *idem*, p. 121.

lectual, mas uma estreiteza verdadeiramente privada que não cabe nos horizontes de um espaço público; quando, ainda José Bacelar, verbera ideologias que procuram «tentar tapar a bôca àqueles que nasceram mais excepcionais que nós, confundindo assim miseravelmente democratização com mediocridização»<sup>34</sup>, não se está a posicionar num determinado confronto político, mas a limitar o livre debate de ideias; e quando Fidelino de Figueiredo, a propósito do «dever dos intelectuais», afirma que «o mundo interior é inviolável»<sup>35</sup>, ou seja, que «o trabalho intelectual necessita de silêncio e de indiferença protectora»<sup>36</sup>, mais não faz do que produzir um discurso intelectual equivalente ao discurso político proferido por Salazar no décimo aniversário da Revolução Nacional, discursos que postulam, paradoxalmente, a indiscutibilidade: enquanto Salazar não discutia Deus, a Pátria e a Família<sup>37</sup>, os intelectuais, segundo Fidelino, simplesmente não discutiam:

«Isso de supor que o pensamento só pode exercer-se num ambiente de ampla liberdade, apenas com as limitações da responsabilidade da consciência do pensador e as sanções da opinião pública também livremente expressa, é uma ideia muito do século XIX, em que repetidamente se confundiu inteligência com crítica política e jornalismo, e em que o hábito da liberdade plena se havia tornado uma necessidade vital, como a respiração.»<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> *idem*, p. 65.

<sup>35</sup> FIGUEIREDO, Fidelino, *idem*, pp. 51, 52.

<sup>36</sup> *idem*, p. 54.

<sup>37</sup> O famoso excerto do discurso, estabelecia, ao todo, cinco grandes *indiscutibilidades*: «Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.»

<sup>38</sup> *ibidem*, p. 52.

## CONCLUSÃO

No limite, os argumentos que estes discursos podem sustentar poderiam conduzir-nos, de facto, a algumas teses arrojadas. Desde logo, a de que não teriam existido intelectuais portugueses nos anos trinta, no sentido em que num momento particularmente polémico na Europa, em Portugal as grandes clivagens políticas e ideológicas que anteciparam a guerra tinham sido ignoradas. Semelhante tese, porém, não passaria no mais elementar exame às repercussões dos debates europeus na cultura portuguesa: da ruptura fundadora do marxismo em Portugal entre Rodrigues Miguéis e a *Seara Nova* ao papel central da cultura reiterado por Caraça, do elitismo de Sérgio na polémica sobre a vulgarização da cultura com Abel Salazar ao racionalismo de Sérgio na polémica sobre o pensamento de Leonardo Coimbra, com Sant'Anna Dionísio, do «umbicalismo» presencista ao movimento neo-realista, da aproximação modernista ao poder à criação da máquina propagandística do Estado, com António Ferro.

Não é sequer muito interessante pôr isto em causa. Acontece que o verdadeiro problema que se coloca é o inverso: o olhar historiográfico dominante toma estes nomes, que não são mais do que parte restrita, pelo todo da intelectualidade portuguesa, estabelecendo um paralelismo, de facto ilusório, entre este debate intelectual, com o que teve lugar em países com maiorias alfabetizadas, leitoras de jornais, consumidoras de espectáculos e participantes em democracias. A facilidade com que se olha para Bento Caraça como o Rolland português, para Régio como o campeão nacional da «arte pela arte», para o neo-realismo como o «nosso» realismo socialista ou com que se toma a Política do Espírito como a forma portuguesa da propaganda hitleriana ou mussoliniana, é mais grave do que um erro: trata-se de uma verdade enganadora.

De facto, estes protagonistas habitavam, como vimos, um meio cultural radicalmente diferente daqueles em que, por analogia, os colocamos, imaginando-o mais ou menos idêntico à realidade onde Rolland se tornou um mito, onde a arte pela arte era uma afirmação velha de mais de meio século,

onde o Estado soviético criou uma estética ao serviço de uma revolução ou onde as mobilizações fascistas e nazi assumiram o cariz totalitário. Não se requer um exercício comparativo muito profundo (de resto, proveitoso) para poder sugerir que o conservadorismo em Portugal não é apenas uma corrente entre as várias em confronto na década de trinta, mas uma marca estrutural, que atravessa todos os géneros e grupos. Mesmo posições e discursos à vontade no seio das grandes correntes da modernidade, na arte e no pensamento contemporâneos, como a reserva intelectual de Régio (aquilo a que os neo-realistas chamaram *umbicalismo*) ou o racionalismo de Sérgio, atingiram um exacerbamento cujo interesse reside muito menos nas idiossincrasias de ambos do que naquilo que a veemência das posições deve ao atavismo do meio contra o qual são tomadas.

Conservadorismo estrutural, que aqui não interessa tanto enquanto elemento de análise ideológica, mas como facto social, característica determinante num meio cultural sem verdadeira autonomia, vivendo entre a representação do privilégio social e a dependência política; sem o eco de uma opinião pública, fechado sobre si mesmo na ausência de interlocutores; cuja intervenção intelectual não passava necessariamente pelo debate de ideias mas na sua imposição como forma didáctica, supostamente para um povo que, afinal, esse discurso não conhece bem, teme, despreza e a bem dizer duvida que possa, ou sequer que fosse bom que pudesse, aprender.

Conservadorismo, porém, que não pode abandonar completamente o horizonte dos combates ideológicos, porque constitui os limites por onde eles se desenrolam. Vimos como a luta pela autonomia do campo artístico levada a cabo por José Régio só faz plenamente sentido, na sua radicalidade, em face de um meio tão dependente. Também a cruzada pelo racionalismo, de António Sérgio, representa, em primeira análise, uma intransigência perante o dogmatismo espiritualista circundante. Do mesmo modo, o salazarismo interpreta correctamente os anseios de boa parte dos intelectuais e representa um paradigma de arcaísmo e harmonia coincidente com os seus valores e aspirações que relega para segundo plano a posição cultural da

Política do Espírito no interior do Estado Novo, sobretudo na sua fase mais radicalizadora.

Finalmente, a mobilização neo-realista – que traz consigo o intenso debate sobre o papel dos intelectuais que mobiliza toda a cultura europeia nos anos 30 – nunca se liberta da marca genética que foi ter sido uma manifestação estética inspirada por preocupações políticas. Não tendo sido também o oposto – uma manifestação política inspirada por formas estéticas – nem assim permitiu que os seus escritores tivessem autonomia para poderem agir enquanto intelectuais: o escritor neo-realista não é intelectual porque é escritor, mas intelectual enquanto escritor.

Em qualquer dos casos (seareiros, presencistas, fascistas ou marxistas), as aspirações dos seus discursos ecoaram sempre no vazio. Mas trata-se de um vazio enganador, porque preenchido por milhares de páginas de inúmeros escritores prolixos, espalhadas pelos jornais, por livros de crónicas e doutrina, no romance, na dramaturgia e até no discurso político. O vazio é a ausência de complexidade, a incapacidade de problematização, a recusa da controvérsia.

E assim, aqueles que nos parecem, hoje, os únicos a criar e a pensar de forma relevante, naquela época estão, realmente, de fora. O universo intelectual em Portugal nos primeiros anos do salazarismo é, sobretudo, esse vazio.



## BIBLIOGRAFIA CITADA

- BACELAR, José, *Revisão (anotações à margem da vida quotidiana)*, Portugália Editora, Lisboa, 1935.
- BACELAR, José, *Polémica e abstenção*, Cadernos da «Seara Nova», Secção de Estudos Literários, Lisboa, 1939.
- BOURDIEU, Pierre, *As regras da arte, génese e estrutura do campo literário*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- CAMPOS, Agostinho de, *Falas sem fio (ajuntamento de crónicas etéreas)*, I, 1938 e 1939, Livraria Bertrand, Lisboa, 1943.
- CHARLE, Christophe, *Naissance des «intellectuels», 1880-1900*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1990.
- COSTA, Emílio, *O destino do proletariado intelectual*, Cadernos da «Seara Nova», Lisboa, 1935.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, *Kafka. Toward a minor literature*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986.
- FIGUEIREDO, Fidelino, *Menoridade da inteligência*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1933.
- FIGUEIREDO, Fidelino, *Problemas de ética do pensamento: O dever dos intelectuais*, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, Lisboa, 1936.
- HABERMAS, Jürgen, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Critique de la politique, Payot, Paris, 1992.
- MALPIQUE, Cruz, *Introdução à vida intelectual*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1934.
- MALPIQUE, Cruz, *Como se faz um escritor*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1939.

**Introdução à vida intelectual. Intelectualidade, crise e senso comum nos anos 30 em Portugal**

**RESUMO**

A vida intelectual portuguesa na primeira metade do século não é nem poderia ser autónoma dos limites estruturais da sociedade. Uma historiografia cultural demasiado presa à história das ideias e à história da literatura tem salientado sobretudo os traços de modernidade das correntes estéticas e dos movimentos intelectuais. Deixa de fora, assim, a intelectualidade que domina os mecanismos de edição, o mundo jornalístico e os meios da sociabilidade cultural, e que é aquela que porventura mais dificuldade tem em acompanhar o sentido da contemporaneidade. A análise dos discursos mais acessíveis e de maior circulação na restrita opinião pública revela um universo cultural que entronca muito mais profundamente no processo de crise do liberalismo e ascensão do autoritarismo, em Portugal, no período de entre as duas guerras.

**Palavras-chave:** intelectuais; cultura; salazarismo; autoritarismo; literatura

**Introduction to intellectual life. Intellectuality, crisis and common sense in the 30's in Portugal**

**SUMMARY**

The Portuguese intellectual life in the first half of the century is not nor could be parted from the structural limits of society. A cultural history which is too attached to the history of ideas and the history of literature which has accentuated above all the traces of modernism in the aesthetic tendencies and intellectual movements. The intellectuality that dominated editing mechanisms, the world of journalism and the meanderings of

cultural sociability is excluded. It is perhaps the one which has most difficulty in accompanying the direction of modern times. The analysis of more accessible speeches and those that more significantly circulated in the restricted public opinion, reveals a cultural universe which is more profoundly linked to the process of the liberalism crisis and rise of authoritarianism in Portugal in the period between the two world wars.

**Keywords:** intellectuals; culture; Salazar movement; authoritarianism; literature

**Introduction à la vie intellectuelle. Intelectualité, crise et sens commun dans les années 30 au Portugal**

**RÉSUMÉ**

La vie intellectuelle portugaise, lors de la première moitié du siècle passé, n'était pas et n'aurait pas pu l'être indépendamment des limites structurelles de la société. Une historiographie culturelle trop attachée à l'histoire des idées et à l'histoire de la littérature a surtout mis en relief les traits de la modernité des courants esthétiques et des mouvements intellectuels. Elle laisse, ainsi, de côté l'intellectualité qui domine les mécanismes de l'édition, le monde du journalisme et les milieux de la sociabilité culturelle, qui est celle qui a probablement le plus de difficulté à suivre le sens de la contemporanéité. L'analyse des discours les plus accessibles et à plus forte circulation au sein de l'opinion publique restreinte démontre un univers culturel qui s'enracine beaucoup plus profondément dans le processus de crise du libéralisme et l'ascension de l'autoritarisme, au Portugal, dans cette période de l'entre deux guerres.

**Mots-clés:** intellectuels; culture; salazarisme; autoritarisme; littérature

## ÍNDICE

I - O privilégio intelectual	10
II - A defesa do gosto	14
III - Resistência civilizacional	19
IV - Um conservadorismo modesto	24
V - O silêncio dos intelectuais	26
Conclusão	31
Bibliografia citada	34
Resumo/Abstract	35

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20.

Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita

2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

ISBN-13-978-972-8627-04-1  
ISBN-10-972-8627-04-1



9 789728 627041